

**Intervenção do Presidente da Assembleia da República**

**na**

**II Assembleia Parlamentar da CPLP**

**8 a 10 de Março de 2010**

Srs. e Sr.<sup>a</sup> Presidentes, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Secretários-Gerais, Srs. Colaboradores, Srs. Embaixadores: Para mim, em nome da Delegação da Assembleia da República Portuguesa, foi um enorme prazer poder ter sido, durante estes três dias, anfitrião da Assembleia Parlamentar da CPLP, numa reunião presidida por S. Tomé e Príncipe. E recordo o inestimável, inexcusável e constante trabalho do seu Presidente, Francisco da Silva, que figura entre os melhores de S. Tomé e Príncipe como um homem determinado na adversidade, firme nas suas convicções, gentil na sua convivialidade. Distinto político de um distinto país que também viu nesta ocasião partir uma das maiores poetisas da língua portuguesa, Alda do Espírito Santo, aqui lembrada por nós com respeito e admiração.

Esta Assembleia Parlamentar surge na sequência de evoluções e movimentos positivos nos países da CPLP. Em alguns deles, refiro a Guiné-Bissau e Timor Leste, assistimos recentemente a mecanismos que esperamos que venham a ter sequência na estabilização política – devemos saudá-los, devemos acarinhá-los –, e também, no quadro de recentes eleições democráticas, recordo Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, lembrando ainda que, este ano, prosseguirão actos eleitorais de enorme importância no Brasil, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe.

Os representantes dos Parlamentos que aqui se encontram são, todos eles, eleitos em eleições internacionalmente legitimadas e todas as delegações são constituídas por Deputados que representam o ou os partidos que estão no governo e o ou os partidos que integram a oposição.

Somos, portanto, em nós mesmos e na composição de cada um das delegações nacionais, uma Assembleia Parlamentar genuína e completamente democrática, e a criação desta Assembleia Parlamentar veio ela mesma trazer à CPLP mais democracia, porque qualquer organização política, seja ela nacional ou internacional, precisa de uma instância

parlamentar para se tornar numa organização mais democrática. E fizemos aqui mesmo a experiência de que assim é e assim pode ser, pois dialogámos e debatemos com os responsáveis da CPLP no plano ministerial, debatemos e dialogámos com os responsáveis da CPLP no plano executivo.

Estamos também agora mais robustecidos como Assembleia Parlamentar através das decisões que aqui tomámos, examinando com cautela e com prudência mas também com sentido de avançar as etapas necessárias para dar plataformas mais robustas à Assembleia Parlamentar, seja no plano do seu Secretariado seja no plano da constituição futura de comissões permanentes. E vamos ser activos em relação à designação de enviados especiais, de missões de observação, porque isso é o que nos é exigido.

Sabemos que estamos nas vésperas de importantes reuniões ministeriais e de uma Cimeira de Chefes de Estado e do Governo da CPLP, que este ano ocorrem durante a Presidência portuguesa.

Pois bem, aquilo que daqui transmitimos aos responsáveis governamentais da CPLP e ao Secretariado Executivo é que, plenamente, trabalhem para que haja na CPLP mais cooperação.

Vimos como o Secretário Executivo nos descreveu, com minúcia e rigor, alguns dos programas de cooperação existentes no âmbito da CPLP, e sabemos que há muita cooperação entre os nossos países, muita dela feita no plano bilateral, mas é necessário reforçar a cooperação multilateralizada no âmbito da CPLP. É necessário que se conheçam os programas de cooperação, não só a Assembleia Parlamentar como as empresas e os cidadãos dos nossos países; é necessário que esses programas sejam claramente escritos, claramente regulados, acessíveis e tenham o financiamento apropriado, e é necessário também que o Secretariado Executivo nos informe a todos regularmente sobre quais são os programas

de cooperação, quais são os seus beneficiários, quem são os seus destinatários, quais são os resultados de avaliação, o que tem sido alcançado com esses programas.

Aqui todos fomos imensamente sensíveis à necessidade de esses programas terem em linha de conta, naturalmente, preocupações de natureza empresarial e técnica mas centrando-se imenso em programas educativos, programas que se destinem a reforçar a capacitação dos nossos jovens nas sociedades em que se inserem e também programas que facultem um intercâmbio e um conhecimento recíproco acrescido por parte de todos os jovens que, integrando os nossos países, têm vantagem em conhecer os restantes membros da CPLP.

Também temos consciência de que no estado actual da língua portuguesa é necessário que a CPLP e a próxima Cimeira tomem medidas apropriadas para que haja mais e melhor política de língua portuguesa. É um trabalho que deve começar em casa, em cada um dos nossos países, com o reforço das estruturas e dos mecanismos destinados a estudar, a acompanhar, a fomentar, a enraizar a língua portuguesa.

É necessário que as estruturas não sejam frágeis, é necessário vencer «capelinhas» de interesses obsoletos, é necessário tomar as medidas decisivas e é também necessário atribuir os meios de financiamento adequados para que isso seja possível. E, depois, é também necessário fazer com que Instituto Internacional de Língua Portuguesa, presidido por uma personalidade notável, Amélia Mingas, seja algo mais do que apenas a lembrança da reunião do Maranhão, em que ideia foi lançada, mas, depois, não foram atribuídos por nenhum dos nossos Estados os meios necessários para que o Instituto pudesse funcionar à altura das suas responsabilidades.

É necessário que o Instituto Internacional de Língua Portuguesa não continue a ser uma espécie de referência habitual de todas as conclusões, de

todas as cimeiras, transitando para a próxima cimeira aquilo que não se foi capaz de fazer na última, na penúltima e na antepenúltima.

Portanto, aqui, é necessário tomar uma acção concreta, empenhar meios e assumir responsabilidades. Os nossos países exigem hoje uma política de mais língua portuguesa.

Todos sabemos que a língua portuguesa tem uma origem geograficamente limitada. Todos o sabemos! É até uma língua que é um dialecto do galaico-português, uma língua latina, descendente do baixo latim, do fim do Império Romano, da desintegração deste Império, e também uma língua de colonização em Portugal, uma língua que acolheu e se misturou com traços moçárabes da língua árabe, incorporando quase 2000 vocábulos do árabe. É uma língua que depois se projectou e se implantou e que em muitos países é o elemento central da unidade nacional, é o elemento central do recorte da fronteira, porque a fronteira linguística é mais poderosa do que a fronteira defendida por qualquer exército. É uma língua de comunicação universal e, por isso, merece ser defendida por todos os seus utentes e compreendida de uma forma dinâmica, com a incorporação de todos os novos vocábulos com que o português dialoga nas suas culturas de fronteira cultural e que acolhe, consolida e a quem dá a dignidade do protagonismo linguístico de um instrumento de comunicação universal.

Temos também de ser prudentes em relação à língua portuguesa, porque temos de saber que ela tem várias versões, várias modalidades – a família do Brasil e a outra família, que é a família conjunta europeia, africana e asiática.

E se é certo que há problemas centrais de unidade estratégica em todo este campo, é também necessário ter o bom senso para saber que a preservação da unidade se faz também olhando a retaguarda e não fazendo descolar uma vanguarda, por maior que ela seja.

Portanto, este é um problema a exigir um prudente diálogo político, cultural, linguístico, em que o contributo dos técnicos linguistas deve ser também contrabalançado com uma visão cultural apropriada e com um sentido político de alcance universal.

Pois bem, não só mais língua portuguesa deve constar da agenda da próxima Cimeira mas também, seguramente, mais cidadania. A nossa comunidade só terá uma inserção plena nos cidadãos dos estados que a compõem se estes verificarem que há uma tradução prática na facilitação da liberdade de circulação, na liberdade de investimento, no favorecimento do investimento recíproco, no favorecimento das trocas comerciais, no favorecimento da comunicação e do intercâmbio de culturas que a nossa língua permite. E isso é para todos um enriquecimento.

Mais cidadania significa a possibilidade de encontrar numa convenção subscrita por todos, o «pacote» comum de direitos que cada um dos nossos estados está disposto a reconhecer aos residentes legais no seu território oriundos dos outros Estados membros da CPLP, um entendimento multilateralizado de que todos nós beneficiaríamos.

Em Julho de 2001, nas funções que então desempenhava de Ministro dos Negócios Estrangeiros do meu país, depus no Conselho de Ministros da CPLP, repito, em Julho de 2001, um projecto de estatuto da cidadania lusófona, realizado em S. Tomé e Príncipe. Não digo que deva ser a versão definitiva, mas o que constato é que já lá vai uma década e esse projecto, e seguramente outros que se lhe juntaram, continua a transitar de reunião em reunião sem que até agora tenha havido a coragem de tomar uma decisão sobre aquilo de que todos nós falamos e em relação ao qual o que é necessário é haver tão-só a coragem de uma decisão.

Política é decidir, não é falar, não é prometer, não é constantemente propor, é decidir. Por isso, esta Assembleia Parlamentar foi também a

expressão muito eloquente de muitas vozes a pedirem a realização desse estatuto de cidadania. Espero que a nossa mensagem seja escutada.

Também é necessária, na nossa Comunidade, mais ambição. Somos, por vezes, demasiado auto-flagelatórios em relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O que existe não precisa de existir, não devemos ser tão timoratos, tão tímidos, às vezes, tão masoquistas, tão auto-destrutivos, tão permanentemente cépticos em relação àquilo que existe. E a prova que existe é que nas grandes realizações que envolvem os grandes públicos funciona espontaneamente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Vejam se não funciona uma sensibilidade imensamente popular quanto a uma comunidade dos países de língua portuguesa na área do desporto-rei, o futebol? Não conhecemos as equipas, os clubes os melhores jogadores, as selecções? Todos conhecemos!

Vejam se não existe uma comunidade dos países de língua portuguesa em relação a certas grandes realizações televisivas, a certos grandes filmes que passam nas nossas televisões, que misturam os nossos países, os personagens, os enredos, as histórias e se isso não tem imediata compreensão e aceitabilidade?

Vejam se todos nós, em cada um dos nossos países, não somos capazes de compreender imediatamente o sentido daquela palavra mais recente, mais criativa, mais foneticamente diferente, introduzida por qualquer jovem em qualquer dos nossos países?

E também não existe uma comunidade dos países de língua portuguesa em relação à música, à grande música popular, à canção e às variedades musicais? Basta entrar na secção de CD de qualquer centro comercial para se ver como a música portuguesa, a música africana dos países de expressão portuguesa e a música brasileira se encontram par a

par, na mesma secção, e têm, por sinal, os mesmos ouvintes, os mesmos compradores, os mesmos amantes e o mesmo fiel público.

Pois bem, são realidades onde a opinião pública, o povo, os jovens avançaram mais do que os responsáveis políticos. Por isso, o que temos de fazer é uma coisa simples: ajustar a nossa ambição à realidade daquilo que já é feito pelos nossos povos.

Espero, meus caros amigos e amigas, que a nossa próxima reunião em Timor Leste seja a expressão dessa mesma ambição, porque se há ambição conquistada pela nossa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, por vezes até contra muitos – não diria contra tudo e contra todos, mas contra muitos –, que foi a expressão e é o símbolo da vitória da nossa Comunidade, ela chama-se Timor Leste.

Portanto, ao irmos a Timor Leste, país democrático, com um Parlamento democrático, país viável, país, hoje, com um aceitável grau de crescimento económico, país rico, vamos confirmar mais uma das nossas ambições, felizmente uma ambição já realizada. E aí celebraremos, com o Parlamento de Timor Leste, a grande concretização política da CPLP: um país na Ásia e um país de língua oficial portuguesa. Por isso, esse nosso encontro terá o significado e a mensagem daquilo que somos capazes de realizar quando nos unimos e quando sabemos caminhar na direcção certa.

Foi um prazer ter-vos em Lisboa. Até à próxima reunião em Dili. Muito obrigado a todos e as maiores felicidades.

*Aplausos gerais.*